

1 **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA**

2
3 **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**
4 **CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**
5 **29 DE OUTUBRO DE 2002**
6
7

8 Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2002, às quatorze horas e quinze minutos, verificado o
9 quorum, no Plenário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS,
10 localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco “C” – Ed. Brasília Trade Center, 5º andar,
11 sala 501 – Brasília, Distrito Federal, teve início a 3ª Reunião Extraordinária do citado Conselho, da
12 qual participaram, o Presidente do Conselho, Ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, o
13 Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Francisco Orlando Muniz, o
14 Secretário, José Eli da Veiga, os Conselheiros Arnaldo Yasuki Hatadani, Manoel Eugênio
15 Guimarães de Oliveira, Luiz Fernando de Mattos Pimenta, Otávio Azevedo Mercadante, Mary
16 Dayse Kinzo, Evandro Fazendeiro de Miranda, Sebastião Azevedo, Ruy Born, José Ribeiro da
17 Silva, Carlos Henrique Gomes, Valter Bianchini, Manoel José dos Santos, Raimunda Celestina de
18 Mascena, Guilherme Pedro Neto, Paulo Petersen, Vanderley Ziger, José Humberto Oliveira, Luiz
19 Carlos de Barros Novita, Edson Luiz Vismona e Aloísio Lopes de Melo, os representantes Rinaldo
20 Junqueira de Barros do Ministério da Agricultura e Abastecimento e Juarez Ferreira de Paula do
21 Sebrae, e os convidados Mariza Barbosa da Embrapa e Murilo Flores do Instituto Lyndolpho Silva.
22 **I. 1. Comunicados da Secretaria** – O secretário José Eli da Veiga repassa as informações
23 disponíveis sobre os Encontros Estaduais realizados no país para a discussão do PNDRS. Destaca o
24 número de participantes presentes ao conjunto dos eventos, totalizando 3608 pessoas, excetuando os
25 Estados de Mato Grosso, Roraima e Rio Grande do Sul, que ainda não haviam enviado
26 informações. O número parcial de emendas totalizadas foi de 837, faltando São Paulo, Sergipe, Rio
27 Grande do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Mato Grosso. O número de
28 delegados sistematizado é de 1550, sendo 785 trabalhadores rurais, 368 de organizações da
29 sociedade civil e 397 do poder público. A região Nordeste responde por 621 delegados (304
30 trabalhadores rurais, 155 de organizações da sociedade civil e 162 de poder público), o Sul por 174
31 delegados (111 trabalhadores rurais, 29 de ONGs e 34 de poder público), o Centro-Oeste por 141
32 (70 trabalhadores rurais, 35 de ONGs e 36 de poder público), o Sudeste por 379 (187 trabalhadores
33 rurais, 92 de ONGs e 100 de poder público) e o Norte por 235 delegados (113 trabalhadores rurais,
34 57 ONGs e 65 de poder público). Em seguida foram repassadas informações dos Encontros
35 Estaduais pelo Secretário e Conselheiros presentes nos eventos. Foi destacado o padrão das
36 reuniões, o nível de participação, de empolgação e de mobilização nos Encontros, apesar de registro
37 de reclamações quanto ao prazo apertado para a realização dos mesmos, demonstrando-se
38 espetacular capacidade de improvisação. Exceção apresentada foi o encontro da micro-região de
39 Marabá (PA), onde faltou processo de mobilização, não sendo possível realizar retirada de
40 delegados. No Rio Grande do Sul o processo eleitoral, com debate acirrado em curso, prejudicou a
41 participação. Nos Estados do Maranhão, Piauí e Pernambuco o Conselheiro Humberto frisou o
42 empenho dos Conselhos Estaduais no processo de mobilização (exceto no Piauí, onde não existe
43 CEDRS), a realização das discussões em clima tranquilo, sem grandes divergências e a excelente
44 cobertura da imprensa aos eventos. No Piauí e em Roraima, em função do não envolvimento do
45 Estado e da inexistência dos CEDRS, as Federações de Trabalhadores Rurais se articularam e
46 realizaram plenárias para a discussão do Plano. No Paraná houve envolvimento das entidades,
47 organizações e do Conselho Estadual, ressaltada a importância dos eventos micro-regionais para
48 efetivar as contribuições ao Plano. Foi lida, também, a carta elaborada pelo Encontro dos Jovens
49 realizado em SP, evento que foi considerado pelos participantes um marco de referência e que
50 precisaria ter continuidade de forma mais abrangente. Destacou-se o elogio feito no encontro de
51 Minas Gerais à tentativa da elaboração do plano de forma participativa, apesar de críticas ao
52 processo em si. Por fim, o Secretário do Conselho ressaltou o apoio dos Secretários do PRONAF,
53 do NEAD e da Secretaria de Agricultura Familiar, que teve agilidade para resolver os problemas
54 financeiros e estruturais dos Eventos. **2. Palavra aos Senhores Conselheiros** – Em função da

55 solicitação do Conselheiro Guilherme Neto foi lida a carta enviada aos conselheiros pelo Secretário,
56 quando da convocação da reunião. O Conselheiro Manoel dos Santos destaca necessidade de definir
57 procedimentos de trabalho até a aprovação do Plano no Conselho. Carlos Gomes sugere que os
58 membros natos das Câmaras Técnicas do Conselho sejam convidados para a Conferência Nacional.
59 José Ribeiro aponta a indiferença inicial dos Conselhos Estaduais ao processo de discussão do
60 Plano em função de erros ao abordá-los, sendo que apenas em julho os Secretários do PRONAF
61 deliberaram pela importância do envolvimento dos Estados na Conferência. Destaca, ainda, que não
62 concorda com a proposta de 3ª versão, e que o Caderno de Debates e as emendas dos Estados
63 deveriam ser os materiais a serem discutidos na Conferência. O Secretário José Eli esclarece o
64 processo de articulação com os CEDRS iniciado em janeiro de 2002, quando se propunha realizar
65 encontros regionais para explicar a proposta de construção do Plano. Apresenta, ainda, um breve
66 cronograma da execução das discussões entorno do PNDRS. Em seguida o Conselheiro Humberto
67 ressalta que há um “clamor” para que as emendas das Conferências Estaduais sejam discutidas na
68 Conferência Nacional e que se faz necessário discutir a natureza da Conferência e o documento a
69 ser levado para a mesma. O Secretário José Eli demonstra sua preocupação com a viabilidade do
70 processo de discussão dessas emendas na Conferência, em função da elevada quantidade das
71 mesmas. O Conselheiro Guilherme Neto realça a importância da realização da Conferência,
72 inclusive em função dos relatos anteriores das Conferências Estaduais, que mostraram uma
73 mobilização considerável nos Estados. Questiona, também, em sua fala a carta enviada pelo
74 Secretário aos Conselheiros, lida anteriormente. O Conselheiro Valter Bianchini indica posição
75 favorável à 3ª versão, levantando dúvida a respeito de como trabalhar as emendas dos Estados. O
76 Secretário Executivo do MDA, Orlando Muniz, diz aceitar a 3ª versão e que as emendas dos
77 Estados precisariam sofrer uma triagem anterior à Conferência. O Conselheiro Manoel dos Santos
78 acredita ser necessário fazer um caderno com as emendas dos estados, para, em conjunto com o
79 Caderno de Debates, realizar as discussões na Conferência. **3. Palavra da Presidência** – O Ministro
80 José Abrão destaca a importância das contribuições dos Estados para a oxigenação do processo de
81 construção do Plano, lembrando, por outro lado, que sempre há um ônus nas incorporações das
82 diversas sugestões. Defende a metodologia participativa, muito mais rica, de discussão do Plano
83 Nacional de Desenvolvimento Rural e resgata os encaminhamentos da última reunião, sugerindo
84 incorporar o máximo possível das emendas ao Plano propostas pelos Conselheiros do CNDRS, para
85 então discutir as emendas dos Estados. **II. Ordem do Dia – 1. Proposta de 3ª versão** - As
86 discussões iniciaram entorno de qual documento utilizar nos debates da Conferência, a 3ª versão
87 proposta ou o Caderno de Debates, além das emendas dos Estados. Houve ainda questionamento
88 acerca da possibilidade da Conferência ocorrer na data prevista e do caráter da mesma – congressual
89 ou não. Após exaustivas discussões a proposta de 3ª versão foi votada, tendo 05 votos a favor e 12
90 contra, não sendo, portanto, aprovada. Partiu-se então para uma proposta alternativa de utilização da
91 3ª versão como documento de referência a ser discutido na Conferência (e não como uma versão
92 aprovada pelo Conselho) junto com as emendas dos Estados. Essa proposta foi aprovada, com 13
93 votos a favor, 02 contra e 02 abstenções. **2. Procedimentos para incorporação de contribuições
94 dos Estados a quarta e última versão do PNDRS – 14ª reunião ordinária do CNDRS (4/12)** – O
95 Conselheiro Manoel dos Santos propôs delegar à comissão organizadora da Conferência a
96 elaboração do Regulamento que, dentre outras questões, disciplina o processo de votação das
97 emendas ao texto de referência do PNDRS. Esse regulamento seria votado no começo na
98 Conferência. Essa proposta foi votada e aprovada pelo plenário do Conselho.